



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeção Oral

Na interpeção oral de 6 de Maio de 2015, nas intervenções antes da ordem do dia de 12 e 25 de Novembro de 2015, nas interpeções escritas de 17 de Novembro de 2015, de 3 de Agosto de 2016 e de 11 de Maio de 2017, nas sessões de debate das LAG da área da administração e justiça para 2015 e 2016, e na interpeção oral de 12 de Abril de 2016, questionei várias vezes a Administração sobre as infiltrações de água, um problema com que os residentes se debatem, especialmente sobre a falta de colaboração dos moradores e a resultante dificuldade em entrar nas fracções para as devidas inspecções e reparações, e propus a revisão da lei, com vista a simplificar os procedimentos e a resolver os problemas. Entretanto, dia após dia e ano após ano, a nossa equipa e o Governo continuaram a receber sucessivas queixas de cidadãos sobre infiltrações de água, especialmente por causa dos moradores das fracções onde se registaram problemas e que não colaboraram nem procederam às devidas reparações, portanto, qualquer solução está limitada aos morosos processos judiciais. E como é óbvio, as infiltrações de água, um grande problema com que os residentes se debatem, ainda não foram resolvidas.

Segundo a resposta da Administração à minha interpeção escrita mais recente, de 11 de Maio de 2017, "**com o objectivo de resolver, de forma mais eficaz e rápida, os litígios de natureza cívica incluindo os resultantes de conflitos [relacionados com infiltrações] de água nos**



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

*edifícios, o Governo da RAEM está a efectuar a análise e estudos preliminares, através do grupo de trabalho especializado, sob tutela do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, a fim de melhorar as disposições existentes no Código de Processo Civil vigente, apresentando pareceres e propostas sobre [a sua revisão] ... actualmente, a DSAJ está a proceder à análise da referida proposta de revisão, colaborando, estreitamente, com o grupo de trabalho do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, para a elaboração de uma proposta concreta de revisão legislativa ... [vai proceder, no segundo semestre de 2017, a uma consulta sobre a proposta de revisão do Código de Processo Civil nos respectivos sectores,] incluindo os órgãos judiciais e Associação dos Advogados de Macau, pretendendo incluir este projecto legislativo no processo legislativo formal para 2018, procurando, assim, que o conteúdo da revisão legislativa seja mais consentâneo com as necessidades do desenvolvimento social'.*

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Alguns cidadãos pediram-me para questionar, mais uma vez, a Administração, sobre o seguinte: refere-se na resposta da Administração à minha interpelação escrita mais recente, de 11 de Maio de 2017, que **“com o objectivo de resolver, de forma mais eficaz e rápida, os litígios de natureza cívica incluindo os resultantes de conflitos [relacionados com infiltrações] de água nos edifícios, o Governo da RAEM está a efectuar a**



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

*análise e estudos preliminares, através do grupo de trabalho especializado, sob tutela do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, a fim de melhorar as disposições existentes no Código de Processo Civil vigente, apresentando pareceres e propostas sobre [a sua revisão] ... actualmente, a DSAJ está a proceder à análise da referida proposta de revisão, colaborando, estreitamente, com o grupo de trabalho do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, para a elaboração de uma proposta concreta de revisão legislativa ... [vai proceder, no segundo semestre de 2017, a uma consulta sobre a proposta de revisão do Código de Processo Civil nos respectivos sectores, incluindo os] órgãos judiciais e Associação dos Advogados de Macau, pretendendo incluir este projecto legislativo no processo legislativo formal para 2018, procurando, assim, que o conteúdo da revisão legislativa seja mais consentâneo com as necessidades do desenvolvimento social".* Qual é o ponto de situação da revisão da lei para a simplificação dos procedimentos de resolução de conflitos decorrentes de infiltrações de água? Durante o moroso processo de revisão, a Administração deve adoptar medidas administrativas específicas para apoiar o aumento da eficiência judicial. Vai fazê-lo? Qual é a opinião da Administração sobre isto?

**O Deputado à Assembleia Legislativa,**

**Mak Soi Kun**

26 de Março de 2018